

REGULAMENTO DO CONCURSO

'FAB LAB IN THE CITY'

Artigo 1.º

(Objeto do concurso)

1. O presente concurso tem por objeto a seleção de 3 (três) ideias vencedoras de protótipos de equipamentos de mobiliário urbano para o Largo do Intendente, em Lisboa.
2. As candidaturas objeto do presente concurso devem observar os requisitos constantes do anexo I.
3. A participação no presente concurso, mediante a apresentação de candidatura, importa a aceitação integral das condições constantes do presente Regulamento.

Artigo 2.º

(Competência)

O presente concurso é organizado e promovido pelo Município de Lisboa, através da Direção Municipal de Economia e Inovação, com a seguinte morada: Campo Grande n.º 25, 7.º piso, 1749-099 Lisboa, Portugal.

Artigo 3.º

(Fases do Concurso)

O concurso tem as seguintes fases:

- a) **1.ª Fase** – Entrega de candidaturas e seleção pelo júri das 10 melhores ideias que vão originar maquetas;
- b) **2.ª Fase** – Entrega de maquetas e seleção pelo público (participação pública) das 3 ideias vencedoras.

Artigo 4.º

(Candidatos)

1. Os candidatos podem ser pessoas singulares maiores de idade ou pessoas coletivas, de qualquer nacionalidade, com ou sem residência ou sede em Portugal.
2. As candidaturas podem ser apresentadas por pessoas singulares, maiores de idade, ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Os membros de um agrupamento candidato não podem ser candidatos no mesmo concurso nem integrar outro agrupamento candidato.

4. Em caso de atribuição de prémio, todos os membros do agrupamento candidato, e apenas este, devem associar-se na modalidade jurídica de consórcio.
5. Encontram-se impedidos de se candidatar ao concurso os trabalhadores do Município de Lisboa, os membros do júri e os trabalhadores de empresas nas quais os elementos do Júri trabalhem, bem como os cônjuges, ascendentes e descendentes dos mesmos.
6. O júri pode solicitar aos concorrentes as informações que entenda necessárias para a verificação da existência de impedimentos.
7. Não sendo tais informações prestadas no prazo fixado pelo júri, este pode deliberar a exclusão da candidatura.

Artigo 5.º

(Modo de apresentação das candidaturas)

1. As candidaturas devem ser apresentadas em ficheiro(s) com formato PDF ou JPEG/formato A4.
2. As candidaturas são instruídas, obrigatoriamente, com os seguintes elementos:
 - a) Título e Memória descritiva, com um máximo de 200 carateres;
 - b) Imagens/Desenhos/Descrições da proposta, sendo que cada imagem ou conjunto de imagens deverá ser acompanhado por uma legenda sucinta;
 - c) Descrição do material, volume aproximado e outros materiais e técnicas complementares a utilizar;
 - d) Dimensões e estimativa de área de implantação e localização do equipamento;
 - e) Estimativa de custo de produção à escala real.
3. Devem ainda acompanhar as candidaturas:
 - a) Cópia de documento de identificação civil ou passaporte, no caso de pessoa(s) singular(es);
 - b) Certidão do registo comercial atualizada, no caso de pessoa(s) coletiva(s);
 - c) Anexo II, devidamente preenchido e assinado por quem tenha poderes de representação do candidato ou agrupamento candidato.
4. Todos os documentos que materializam as ideias devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, ser acompanhados de tradução legalizada.
5. Os documentos que instruem a candidatura nos termos do número 2 devem ser encerrados em invólucro opaco e fechado, no rosto do qual deve ser escrita apenas a palavra «**Ideia**» e a designação do concurso.
6. Num outro invólucro, com as características indicadas no número anterior, devem ser encerrados os documentos previstos no número 3, e no respetivo rosto deve ser escrita apenas a palavra «**Candidato**» e a designação do concurso.
7. Os invólucros a que se referem os números anteriores são encerrados num outro, igualmente opaco e fechado, que se denomina «**Invólucro Exterior**», dirigido ao júri do concurso, nos termos previstos no artigo seguinte.
8. Os documentos que materializam as ideias, bem como o exterior de todos os invólucros referidos nos números anteriores, devem ser elaborados e apresentados de tal forma que fique assegurado o total e absoluto anonimato dos candidatos, não podendo conter

qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores.

9. O invólucro exterior não pode ter indicação do remetente.

Artigo 6.º

(Prazo e local de entrega das candidaturas)

1. Os documentos que materializam cada uma das ideias devem ser entregues:
 - a) Presencialmente no Balcão Iniciativa Lisboa, sito na Câmara Municipal de Lisboa, Campo Grande n.º 13 A, 1700-087 Lisboa;
 - b) Através de correio registado dirigido ao:

Júri do “Concurso FAB LAB IN THE CITY”
Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Economia e Inovação
Campo Grande n.º 25,7.º piso
1749-099 Lisboa, Portugal
2. A receção das candidaturas deve ocorrer **até às 17 horas do dia 14 de Novembro de 2014.**
3. A receção dos invólucros exteriores deve ser registada, anotando-se a data e a hora em que os mesmos são recebidos e, no caso de entrega direta, deve ser apenas entregue ao seu portador uma declaração não nominativa que comprove essa entrega.
4. Nos casos em que as candidaturas sejam enviadas por correio registado não será emitida a declaração mencionada no número anterior, de modo a preservar o anonimato dos candidatos que optem por esta modalidade de envio, pelo que estes devem guardar o comprovativo de envio.
5. Depois do termo do prazo fixado para a apresentação das candidaturas, o júri do concurso atribui um número a cada um dos invólucros exteriores, abre-os e escreve esse mesmo número nos respetivos invólucros referidos nos n.ºs 5 e 6 do artigo anterior.
6. Todas as candidaturas entregues após a data ou hora referida no número 2 serão excluídas, sendo que corre por conta dos interessados todo o risco de atrasos na entrega das mesmas, nomeadamente o risco de atraso do correio, não sendo admitidas quaisquer reclamações com fundamento em tais atrasos.
7. Quando a candidatura for enviada através de correio registado, o respetivo envio deve ser efetuado sem indicação do nome do remetente e com porte pago.

Artigo 7.º

(Anonimato)

1. A fim de garantir o anonimato das candidaturas, os candidatos não podem tornar público as suas ideias, no todo ou em parte, ou levantar o seu anonimato por qualquer forma, antes da comunicação da decisão intercalar do concurso, sob pena de exclusão.
2. Os candidatos não podem submeter a concurso uma proposta que já tenha sido tornada pública.

Artigo 8.º

(Análise das Candidaturas)

1. Depois do termo do prazo fixado para a entrega das candidaturas, o júri atribui um número a cada um dos invólucros exteriores, abre-os e escreve esse mesmo número nos respetivos invólucros referidos no artigo 5.º.
2. O júri do concurso procede seguidamente à abertura dos invólucros que contêm os documentos que materializam as ideias apresentadas pelos concorrentes, procedendo à sua apreciação e elaborando um relatório final, assinado por todos os seus membros, no qual deve indicar, fundamentadamente:
 - a) A ordenação das ideias apresentadas, de acordo com os critérios de avaliação fixados nos termos do número 4;
 - b) A exclusão das candidaturas:
 - i. Cujos invólucros tenham sido apresentados após o termo do prazo fixado;
 - ii. Cujos documentos que os materializam, ou os invólucros contenham qualquer elemento que permita, de forma direta ou indireta, identificar o seu autor ou autores;
 - iii. Relativamente às quais se verifique algum dos impedimentos referidos no presente regulamento.
3. O júri do concurso só pode proceder à abertura dos invólucros “Candidaturas” depois de integralmente cumprido o disposto no número anterior.
4. O Júri procederá à avaliação, classificação e hierarquização das ideias de acordo com os seguintes fatores de avaliação:
 - c) Legibilidade e adaptabilidade das ideias à escala real e ao fim a que se destinam, através da fabricação no Fab Lab Lisboa – 30%;
 - d) Adequação dos materiais ao fim pretendido – 10%;
 - e) Usabilidade e longevidade do objeto final – 20%;
 - f) Custo de produção à escala real – 10%;
 - g) Adequação da ideia ao contexto sociocultural e urbanístico do local – 30%.

Artigo 9.º

(Composição do Júri)

1. O júri será constituído pelos seguintes membros:
 - a) Bernardo Gaeiras, diretor do FabLab Lisboa, que preside;
 - b) Marta Silva, em representação da “Largo”, residência de criativos do largo do Intendente;
 - c) Frederico Duarte, docente da Faculdade de Belas Artes da Universidade de Lisboa;
 - d) Carla Cardoso, designer, como membro suplente;
 - e) Rafael Calado, Manager de Atelier do FabLab Lisboa, como membro suplente.
2. Das reuniões do júri serão lavradas as respetivas atas que, depois de aprovadas, serão por este assinadas.

3. As deliberações do júri serão tomadas por maioria simples de voto, não havendo lugar a abstenções.
4. Nas deliberações em que haja voto de vencido de algum membro do júri, devem constar da ata as razões da sua discordância.
5. O júri aprecia as candidaturas apresentadas a concurso registando, em cada reunião, as deliberações e respetiva fundamentação em ata.
6. As deliberações do júri relativas à ordenação ou exclusão das ideias apresentados, por inobservância do programa, têm caráter vinculativo, não podendo, em qualquer caso, ser alteradas depois de conhecida a identidade dos concorrentes.

Artigo 10.º

(Esclarecimentos)

1. Os candidatos podem dirigir à Direção Municipal de Economia e Inovação pedidos de esclarecimentos de dúvidas relativas ao presente regulamento, através do seguinte email: dmei@cm-lisboa.pt.
2. O prazo para o envio de pedidos de esclarecimento termina no dia 31 de Outubro de 2014.

Artigo 11.º

(Relatório intercalar)

1. O Júri elabora um relatório contendo a classificação final, assinado por todos os seus membros, no qual fundamenta as deliberações e as classificações atribuídas, ficando nele, também, exaradas as declarações de voto.
2. O relatório referido no número anterior será enviado para decisão do Município de Lisboa,
3. O Município de Lisboa notifica, por e-mail, os candidatos da decisão de seleção das 10 melhores ideias que vão originar maquetas.

Artigo 12.º

(Prazo e local de entrega de maquetas)

1. As maquetas das 10 ideias selecionadas na primeira fase do Concurso devem, preferencialmente, ser fabricadas no Fab Lab Lisboa, devendo respeitar as especificidades técnicas das máquinas aí existentes.
2. A dimensão das maquetas deve respeitar os seguintes limites máximos:
 - a) Altura: 0,60m
 - b) Largura: 0,60m
 - c) Profundidade: 0,30m
3. As maquetas podem ser entregues diretamente ou enviadas por correio registado, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer no prazo previsto na notificação do relatório intercalar (**até às 17 horas do sexagésimo dia posterior à referida notificação**), no

seguinte local: **Fab Lab Lisboa, Rua Maria da Fonte – Mercado do Forno do Tijolo, 1170-221 Lisboa.**

Artigo 13.º

(Exposição pública e participação pública)

1. As maquetas ficam em exposição pública, no Largo do Intendente, pelo período de 15 dias.
2. Durante tal período, as maquetas serão objeto de uma votação pública a realizar numa página da rede social Facebook criada, especialmente, para o efeito, na página do Portal da Participação da Câmara Municipal de Lisboa – www.lisboaparticipa.pt

Artigo 14.º

(Relatório final)

1. O Júri elabora um relatório contendo o apuramento dos votos atribuídos pelo público a cada maqueta.
2. O relatório referido no número anterior será enviado para decisão do Município de Lisboa.
3. O Município de Lisboa notifica, por e-mail, os concorrentes da decisão final do concurso.

Artigo 15.º

(Prémios)

1. As maquetas selecionadas recebem os seguintes prémios:
 - a) 1.500€, a atribuir ao concorrente que apresente a maqueta selecionada em primeiro lugar;
 - b) 1.000€, a atribuir ao concorrente que apresente a maqueta selecionada em segundo lugar;
 - c) 500€, a atribuir ao concorrente que apresente a maqueta selecionada em terceiro lugar.
2. As restantes 7 maquetas serão alvo de atribuição de menções honrosas.
3. Não há lugar ao pagamento de quaisquer outros prémios.
4. A atribuição de prémios não obriga o Município de Lisboa à execução das ideias premiadas.
5. Caso o Município de Lisboa pretenda concretizar total ou parcialmente as ideias premiadas, os seus autores são convidados a acompanhar e a pronunciarem-se sobre o desenvolvimento das mesmas.

Artigo 16.º

(Direitos de autor)

1. Os candidatos são responsáveis pela originalidade das ideias apresentadas, garantem a sua autoria e assumem toda e qualquer responsabilidade decorrente de eventuais reclamações de terceiros relativas a propriedade intelectual.

2. Os candidatos que elaborem maquetas autorizam desde já o Município de Lisboa a proceder à sua divulgação, nomeadamente em congressos, exposições, encontros, fóruns e sítios da Internet.
3. A autorização referida no número anterior é prestada a título gratuito.
4. Os direitos de autor, de carácter patrimonial, sobre as ideias que venham a ser premiadas ficam a pertencer ao Município de Lisboa, de forma definitiva e sem limite temporal.
5. O conteúdo patrimonial dos direitos de autor sobre as ideias premiadas constitui-se originariamente na esfera jurídica do Município de Lisboa, nos termos do Art.º 14º, n.º 1, do Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, passando este a deter sobre as mesmas os direitos previstos nos arts. 67.º e 68.º do mesmo código, a saber, os direitos de reproduzir, distribuir e comunicar publicamente, o que inclui, nomeadamente, os de divulgar, publicar na imprensa ou, por qualquer outro meio, expor em público, fixar, distribuir, difundir por qualquer processo de reprodução de sinais, sons ou imagens, adaptar a qualquer suporte material, efetuar qualquer outra transformação, utilizar em obra diferente, e ainda reproduzir, direta ou indireta, temporária ou permanentemente, por quaisquer meios e sob qualquer forma, no todo ou em parte.
6. Os valores pecuniários pagos a título de prémio constituem a única contrapartida a receber pelos candidatos.
7. O Município de Lisboa poderá transmitir os direitos de autor, de carácter patrimonial, não assistindo aos candidatos qualquer compensação na eventualidade de tal transmissão se verificar.

Artigo 17.º

(Lei aplicável e foro convencional)

1. O presente concurso rege-se pela lei portuguesa.
2. Para dirimir os litígios relacionados com interpretação e aplicação do presente regulamento é competente o foro de Lisboa.

Anexo I

Características do equipamento de mobiliário urbano

Objeto à escala real

Dimensão máxima do objeto final: O objeto final proposto terá que ficar circunscrito dentro da área pedonal da praça do Largo do Intendente, a saber: área da praça x 3 metros de altura máxima.

Devem ser respeitadas as normas relativas a acessibilidades, segurança contra incêndios e demais legislação aplicável.

Materiais a utilizar: Madeiras, cortiça, plásticos, espuma, borrachas, compósitos maquináveis, vinil autocolante e metais suaves.

Longevidade e mínima do objeto final: 3 anos.

Máquinas existentes no Fab Lab que permitem a concretização do objeto final:

A lista de máquinas existentes no FabLab Lisboa assim como as respetivas características que permitem a concretização das maquetas e do objeto final pode ser consultada em http://fablablisboa.pt/?page_id=362

Anexo II

Formulário de candidatura

(a preencher por cada autor ou coautor)

Nome do autor: _____

Documento de identificação: CC/Passaporte/BI: _____

Morada: _____

Email: _____ Telemóvel: _____

- ☐ Declaro que conheço e aceito integralmente os termos e as condições constantes do Regulamento do Concurso “Fab Lab in the City”.
- ☐ Declaro, igualmente, que não me encontro impedido(a) de concorrer ao concurso “Fab Lab in the City”, nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do Regulamento.
- ☐ Autorizo o Município de Lisboa a proceder à divulgação das maquetas, nomeadamente em congressos, exposições, encontros, fóruns e sítios da Internet.

Data: _____ Assinatura: _____